



Angola nos caminhos do centro-globalismo africano

Por *Eugénio Costa Almeida*

Resumo

O continente africano tem-se apresentado aos olhos de muitos analistas e académicos como uma plataforma onde o globalismo político e securitário mais se tem feito sentir. Alguns países muito têm contribuído para essa imagem. Angola, desde há muito que tem sido um dos países que mais contribui para tornar África nessa plataforma temática, quer a nível continental, quer nas relações com as principais potências políticas e económicas mundiais.

O tema apresentado vai procurar demonstrar isso mesmo. Como Angola, desde que se tornou independente e, principalmente, após o fim da I crise político-militar interna, ou seja, desde 1992, aparece, nomeadamente no centro e centro-austral de África, como um pilar, como um dos principais atores para a afirmação do centro-globalismo africano, reforçado após as 2 Guerras no Congo Democrático e na resolução que levou ao fim da crise do Reino do Lesoto, e ao *Memorando de Luanda*, de agosto de 2019, que tenta colocar a paz entre a RDC e Ruanda e entre Ruanda e Uganda.

Palavras-chave: Angola, África Central, Grandes Lagos, Potência Regional, Crises político-militares

Abstract

This short essay will seek to show how Angola is becoming a state in charge of the pacification and security of Africa, especially after the end of the first internal political-military crisis, that is, since 1998, when it started to appear in the center of Africa and the Central-Southern Africa region, as a pillar, as one of the main actors for the affirmation of central African globalism; position strengthened after the 2 Wars in the Democratic Republic of Congo (DRC) and the resolution leading to the end of the Kingdom of Lesotho crisis, and the *Memorandum of Luanda* of August 2019, which tried to pursuit peace between the DRC and Rwanda and between Rwanda and Uganda.

Keywords: Angola, Central Africa, Great Lakes, Regional Power, Political-military crises

Introdução

Neste primeiro Congresso Internacional de Angolanística, várias são as temáticas que aqui estão a ser apresentadas: História de Angola, Jornalismo, Literatura, Direitos Humanos e Direitos, Estratégias e Relações Internacionais.

O pequeno ensaio que ora vos é apresentado aborda precisamente uma questão que se enquadra nas Relações Internacionais, e, no caso, as relações entre Angola, enquanto média potência africana global, e os seus parceiros, em particular, os de África Central, como atores das e nas Relações Internacionais.

Comecemos por colocar esta questão prévia:

Angola é, ou pode ser considerada, como uma potência? Se sim, Global ou Intermédia?

O continente africano tem se apresentado aos olhos de muitos analistas e académicos como uma plataforma onde o globalismo político e securitário mais se tem feito sentir.

Alguns países muito têm contribuído para essa imagem. Angola, desde há muito que tem sido um dos países que mais colabora para tornar África nessa plataforma temática, quer a nível continental, quer nas relações com as principais potências políticas e económicas mundiais. Desde que se tornou independente e, principalmente, após o fim da I crise político-militar interna, ou seja, desde 1991-1992, Angola emerge,

nomeadamente no centro e centro-austral de África, como um dos principais atores para a afirmação do centro-globalismo africano, como um pilar para a segurança de África, no caso, da África Central, no âmbito da Arquitetura de Paz e Segurança Africana (APSA) definida em agosto de 2009, em Trípoli, Líbia, onde os então Chefes de Estado e de Governo acordaram estabelecer como principal objetivo pôr fim, em definitivo, “aos conflitos e à violência e atacar de forma «global e sistemática» as suas causas” (Escorrega, 2010: 1). Conferir em [Arquitetura de Paz e Segurança Africana 2010](#).

Angola, a Paz e o desenvolvimento político-militar

Como se sabe, a paz em Angola não chegou com os Acordos de Bicesse de 1991 (31 de maio), ou com os de 1994, pelos Protocolos de Lusaka, mas só com o *Acordo de Paz de Luena* – na realidade, denomina-se *Memorando de Entendimento Complementar ao Protocolo de Lusaka* – de 4 de abril 2002, após o trágico fim de Jonas Savimbi em 22 de fevereiro de 2002, e o acantonamento dos dirigentes e antigos milicianos da UNITA e do seu braço armado Forças Armadas de Libertação de Angola (FALA).

Recorde-se que, pela primeira vez, os angolanos estiveram sozinhos e sem pressões externas a negociarem os termos que levariam ao *Acordo de Luena*, assinado pelos Chefes de Estado-Maior das Forças Armadas de Angola (FAA) general Armando da Cruz Neto, e das FALA (UNITA) general Abreu Muengo Ukwachitendo “Kamorteiro”.

Mas se a Paz – definitiva – só chegou em 2002, o desenvolvimento militar angolano começou, como se sabe, com a criação das FAA, em outubro de 1991 (Bernardino, 2013), se bem que o processo tivesse tido o seu começo com as diretivas orientadoras para a constituição das mesmas, em junho de 1991 (Bernardino, 2013: 350 e Bernardino, 2019: 261).

Sobre este assunto, que o tempo não me permite desenvolver, da criação e edificação das FAA, proponho leitura atenta de duas obras do Tenente-Coronel do Exército português Luís Manuel Brás Bernardino: *A Posição de Angola na Arquitectura de Paz e Segurança Africana: Análise da função estratégica das Forças Armadas Angolanas* (2013) e *As Forças Armadas Angolanas: Contributos para a Edificação do Estado* (2019). Nestas obras iremos ter uma perceção bem alargada do contributo das FAA para o desenvolvimento militar de Angola e como o País se tornou uma potência político-militar com influência na África Central.

Angola, a potência da África Central

Desde há décadas que a África Central – geograficamente defino esta zona como a área compreendida entre o Golfo da Guiné (a Ocidente) e o Corno de África (a Leste), incluindo toda a área dos Grandes Lagos, o *heartland* africano (Figura 1) – regista graves crises político-militares, com particular incidência na que é definida, politicamente, como África Central: República Democrática do Congo (RDC) e região dos Grandes Lagos (ou seja, a área compreendida pelo leste da RDC, pelo Burundi, Chade, Ruanda e, indiretamente, o Quênia).

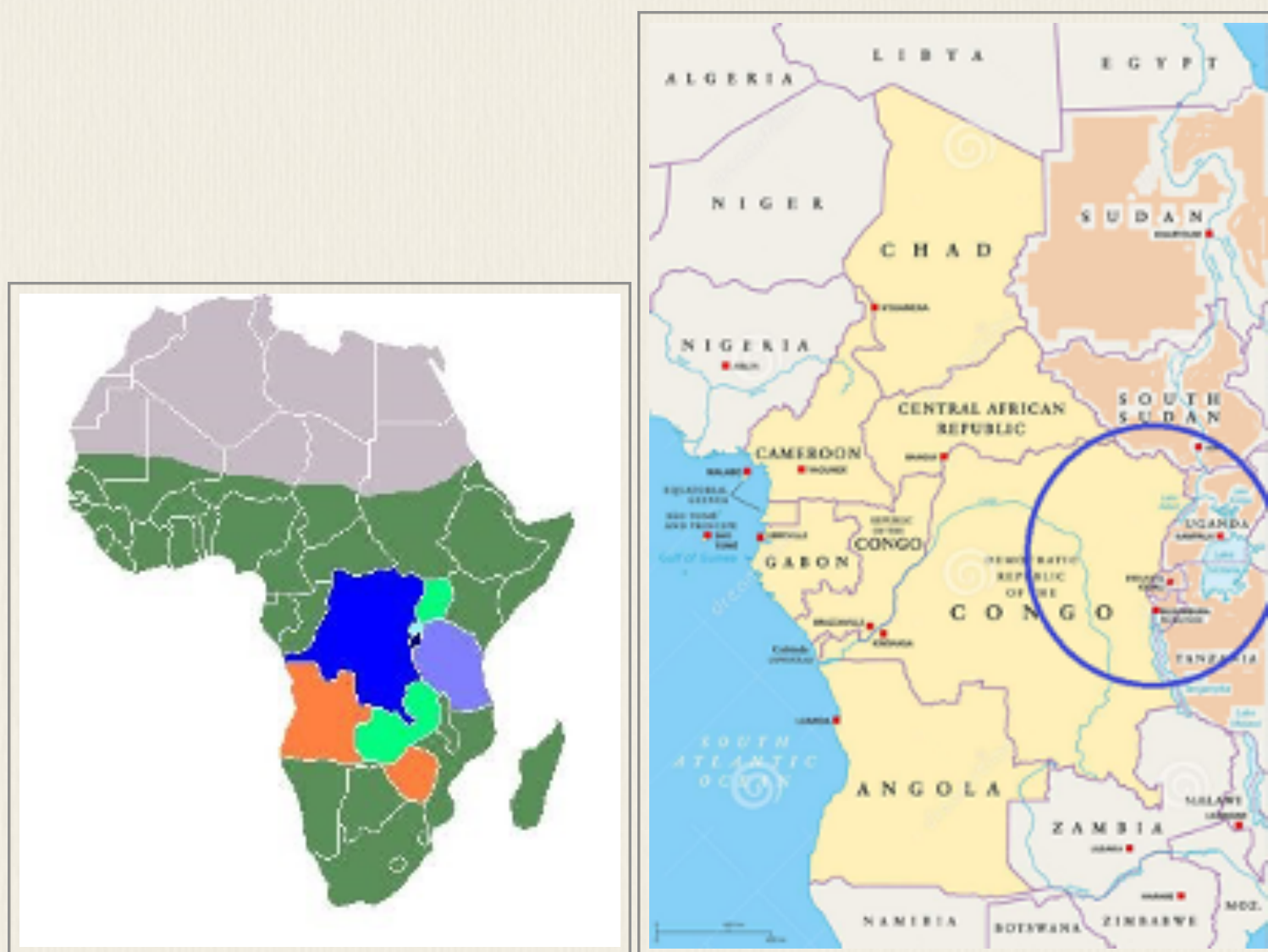


Figura 1. África Central e o *heartland* africano (adaptado pelo autor)

Sucessivas crises têm contribuído para que o continente continue com o espectro, sistemático, da permanente instabilidade, da guerra, colocando esta parte do Continente, segundo Conselho Norueguês dos Refugiados, como uma das zonas mais negligenciadas tanto por parte da comunidade internacional, no geral, como, e principalmente, a nível de refugiados, cf. *Agência Lusa* (2019a).

Se no início, e até à consolidação da Paz, Angola não tinha pretensões em se intrometer nas questões políticas e militares da e na região – os seus problemas internos eram quanto bastassem para essa retracção – as crises político-militares na RDC começaram a ser vistas por Luanda como crises que pudessem colocar as fronteiras angolanas, e o próprio país, em sobressalto, pelo que acabou por ser parte importante quer na 1ª Guerra do Congo como na 2ª Guerra, também reconhecida por muitos

historiadores e estrategas como a Grande Guerra Africana ou Guerra Mundial Africana (Valenzola, 2013: 60), dado o elevado números de países africanos e não-africanos que direta e indiretamente nela participaram.

Figura 2 – Os atores na 1ª Guerra do Congo (Fonte: Wikipédia)

A 1ª Guerra do Congo (1996-1997) (Figura 2) opôs o então Zaire (Mobutu), com o apoio da UNITA e das milícias da ALiR – Exército de Libertação do Ruanda, a um grupo de países (Angola, Burundi, Chade, Namíbia, Uganda, Ruanda e Zimbabwe) e às milícias anti-Mobutu da AFDL (Aliança das Forças Democráticas para a Libertação do Congo-Zaire), lideradas por Laurent-Désiré Kabila. Considero que foi esta 1ª Guerra que colocou Angola como o ator a ter em conta nas relações internas da África Central; ou seja, tornou Angola numa potência regional em ascensão (Almeida, 2011).

Todavia, foi, na minha conceção, a 2ª Guerra do Congo (de 2 de agosto de 1998 a 18 de julho de 2003) (Figuras 3 e 4),

que colocou frente-a-frente, na área, a RDC, que tinha como aliados Angola, Chade, Namíbia, Sudão e Zimbabwe e milícias anti-Uganda, anti-Ruanda e anti-Burundi; e o

Data	24 de outubro de 1996 - 16 de maio de 1997
Local	República Democrática do Congo
Desfecho	Vitória do AFDLC <ul style="list-style-type: none">Aumento dos rebeldes congolesees com apoio estrangeiro contra a ditadura de Mobutu Sese Seko, levando a sua queda e a ascensão de Laurent-Désiré Kabila. Fim do Zaire e proclamação da República Democrática do Congo;Começo da Segunda Guerra do Congo
Combatentes	
 AFDLC (RDC)	 Zaire
 Uganda	 UNITA ^[2]
 Ruanda	 ALiR
 Burundi ^[1]	
 Zimbabwe	
 Angola ^[1]	
 Chade	
 Namibia	
Líderes e comandantes	
 Laurent-Désiré Kabila	 Mobutu Sese Seko
 Paul Kagame	 Jonas Savimbi
 Yoweri Museveni	 Paul Rwarakabije
 Pierre Buyoya	
 José Eduardo dos Santos	
Forças	
 20.000 ^[3] ^[4] -40.000 ^[5] (10.000 criança-soldados) ^[6]	 FAZ: 50.000-60.000 no total ^[7] ^[8]
 20.000 ^[5]	28.000 soldados ^[5]
 2.000 ^[5]	30.000 gendarmes ^[8]
	25.000 guardas ^[8]
	<ul style="list-style-type: none">15.000 civis^[8]10.000 presidenciais^[8]
	 100.000 ex-FAR e Interahamwe ^[7]
	 1.000 ^[7]
+ 250 000 mortos ^[9]	

Data	2 de agosto de 1998 – 18 de julho de 2003
Local	República Democrática do Congo
Desfecho	Impasse militar <ul style="list-style-type: none"> • Acordo de Sun City; • Criação de um governo unificado e multipartidário no Congo, com Joseph Kabila como presidente e Jean-Pierre Bemba como primeiro-ministro; • Acordo de Pretória; Ruanda retira suas tropas do Congo em troca de um compromisso internacional para desarmamento das milícias Hutu; • O Governo de Transição da República Democrática do Congo é estabelecido e um contingente da MONUC é enviado ao país; • Continuação do Conflito de Ituri; • Início do Conflito de Kivu;
Combatentes	
Pró-governo:  República Democrática do Congo  Angola  Chade  Namíbia  Zimbábwe Forças anti-Uganda:  LRA  Sudão (supostamente) <ul style="list-style-type: none"> • FDA • UNRF II • FNI Milícias anti-Ruanda:  FDLR <ul style="list-style-type: none"> • Mai-Mai • Interahamwe • MRNDR • ELR • Outros grupos aliados aos Hutus Milícias Anti-Burundi: <ul style="list-style-type: none"> • CNDD-FDD • FROLINA 	Milícias aliadas a Ruanda: <ul style="list-style-type: none"> • RCD • RCD-Goma • Banyamulenge Milícias aliadas a Uganda: <ul style="list-style-type: none"> • MLC • Forças para Renovação • UPC • Outras forças aliadas aos Tutsis Forças Anti-Angola:  UNITA Nações estrangeiras:  Uganda  Ruanda  Burundi
Nota: Ruanda e Uganda lutaram <i>uma breve guerra</i> em junho de 2000 disputando uma parte do território congolês.	
Líderes e comandantes	
RD Congo: Laurent-Désiré Kabila (1997–2001) Joseph Kabila (2001–2003)	MLC: Jean-Pierre Bemba
Namíbia: Sam Nujoma Dimo Hamaambo Martin Shalli	RCD: Ernest Wamba dia Wamba
Zimbábwe: Robert Mugabe Emmerson Mnangagwa Constantine Chiwenga Perence Shiri	Grupos Tutsi: Laurent Nkunda
Angola: José Eduardo dos Santos João de Matos	Uganda: Yoweri Museveni
Chade: Idriss Déby	Ruanda: Paul Kagame
	Burundi: Pierre Buyoya
2,7 – 5,4 milhões de mortos (1998–2008) ^{[1][2]}	

Burundi, Uganda e Ruanda (como aliados: várias milícias congolesas anti-(família) Kabila, milícias tutsis ruandesas Banyamulenge e a UNITA – esta até 1999/2000 – entre outras organizações político-para-militares da região), que contribuiu para cimentar Angola como potência regional centro-africana.

Figura 3. Os atores na 2ª Guerra do Congo ou Grande Guerra Africana (Fonte: Wikipédia)

Permitam-me, entretanto, definir o que caracteriza uma potência e se Angola é – ou pode ser, de facto, uma potência (faço aqui um parêntesis sobre de Angola como potência; por mais de uma vez e por mais de uma pessoa, me foi dito que o então Presidente José Eduardo dos Santos não concordava comigo e com o meu livro *Angola, Potência Regional em Emergência* porque não queria que Angola fosse considerada uma potência).

Define-se que um Estado pode ser Potência ou Estado-Diretor regional desde que tenha capacidade para influenciar, de uma forma organizacional, política, ideológica, económica, militar, e tecnologicamente, ou pela conjugação de parte ou de todos estes valores, uma determinada região geográfica onde se insere; serão potências regionais intermédias ou emergentes ou, segundo o académico brasileiro Gilberto Calcagnotto, *middlepowershipman* (Almeida, 2011:89).

Ora Angola, quer em 1996, quer em 2003, em teoria – e na prática – continha a maioria dos valores em causa. Só lhe faltava capacidade tecnológica para ser uma potência plena. Se um Estado é uma potência pela conjugação de parte ou de todas as valias, então Angola era – e é –

uma potência regional. É a potência regional da África Central.

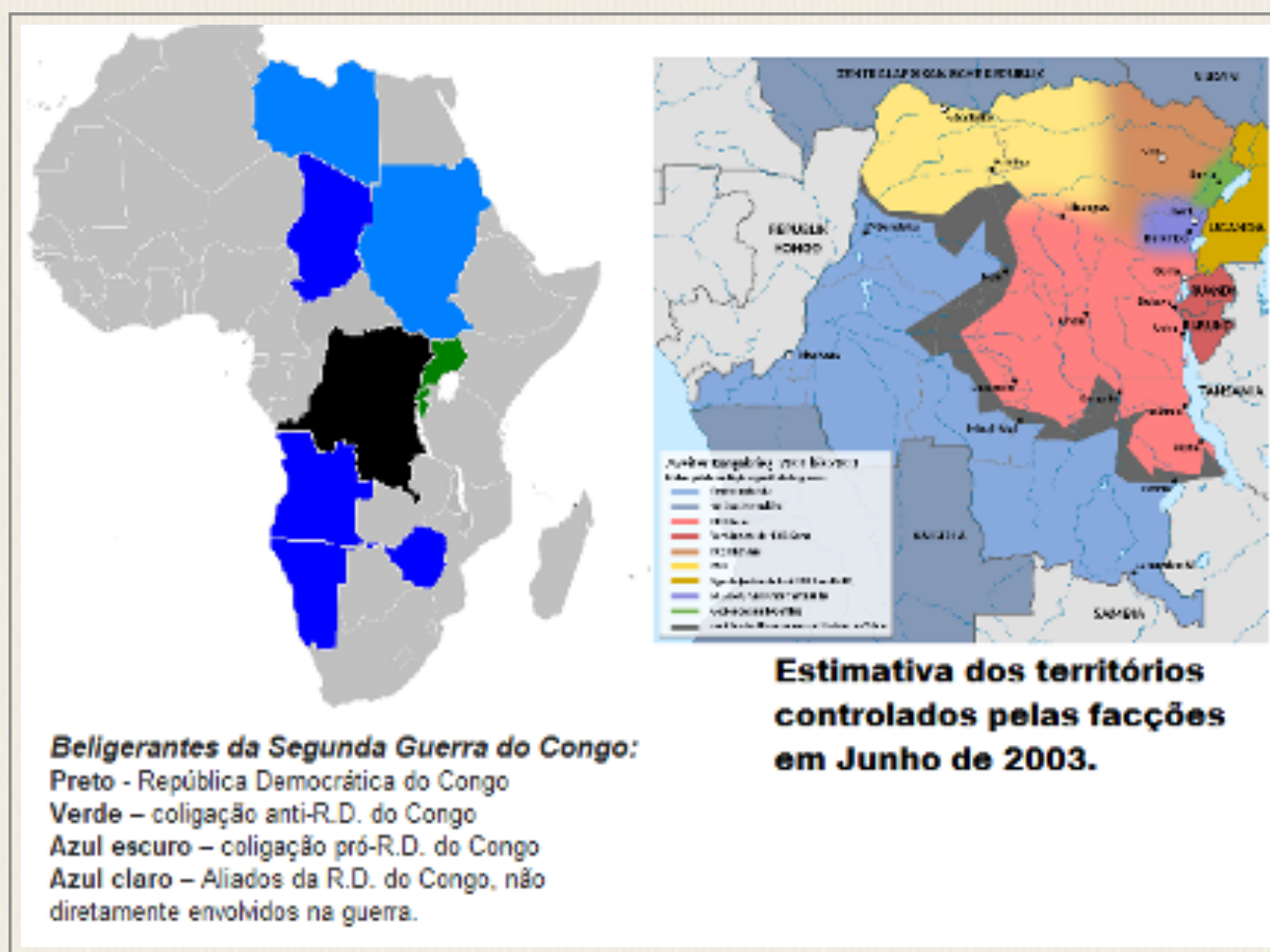


Figura 4 – Países beligerantes na 2ª Guerra do Congo e territórios ocupados (Mapas adaptados pelo autor)

Angola nos caminhos do centro-globalismo africano

A paz e os anos dourados da exploração e exportação do petróleo, a preços e mercado bem elevados, tornaram Angola numa potência económica que permitiu ao Poder e aos seus dirigentes tornar o país como uma voz ativa nas questões e nas crises que perpassavam tanto pelo continente africano, em geral, como, e em particular, pela África Central.

De notar, e não esquecer, que Angola – tal como outros países na zona, sublinhe-se – contrariando a regras da União Africana é, simultaneamente, membro da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) e da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (*Southern Africa Development Community*, SADC). E, em concomitância, é Estado-membro das brigadas militares criadas no âmbito do Conselho de Paz e Segurança da União Africana (CPSUA), as Forças Africanas de Alerta ou *African Standby Force* (ASF) (Almeida, 2016: 132). Neste caso, e em concreto,

incorpora as ASF: *FOMAC – Force Multinationale de l’Afrique Centrale* ou *ECCAS – Standby Force* (África Central) e a *SADC – Standby Brigade* (SADC) (Figura 5).

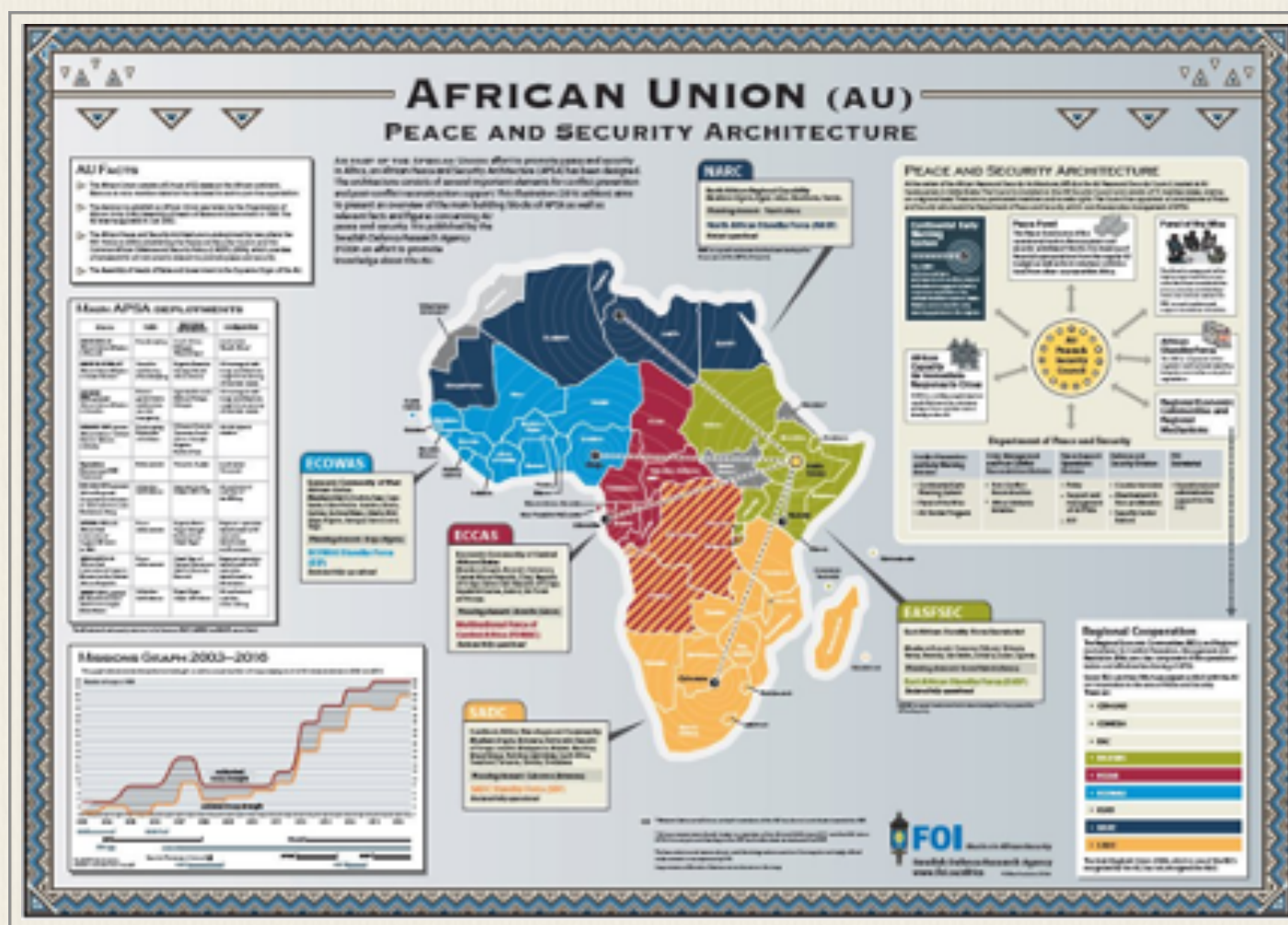


Figura 5 - Forças Africanas de Alerta ou African Standby Force, Fonte: CEBAFRICA, disponível em: <https://www.ufrgs.br/cebrafrica/en/2018/01/08/base-logistica-da-forca-africana-de-pronto-emprego-e-inaugurada-em-camaroes/>

Este facto leva Angola a participar ativamente nas questões da região centro-austral africana, seja a nível político – principalmente – como a nível militar. Ainda que, a nível militar a presença angolana se circunscreva mais no âmbito das *SADC Standby Brigade* e da cooperação com países da CPLP (no âmbito dos Exercícios Felino) (Figura 6) ou no Golfo da Guiné, nos exercícios aeronavais *Obangame Express* – sobre estes exercícios, ver Almeida, 2019a e Almeida, 2019b e [portal da US Africom](#) (Figuras 7 e 8), que se realizam regularmente sob a coordenação da [US Africom](#), e que incorporam, entre outros países, além de nações-parceiras africanas (*APN – African partner nations's*) (Almeida, 2017), os EUA, Brasil, Canadá, Espanha, Portugal, Reino Unido, entre outros.



Figura 6 – Exercícios Felino; logotipo e Estados-membros participantes

Mas, na realidade, é a nível político que Angola mais tem contribuído e participado em atividades conducentes à procura de estabilidade político-militar na região centro-africana (e, sublinhe-se, ainda que por um curto período, embora fora da área centro-africana, para a resolução, da instabilidade político-militar no reino do Lesoto, em 2017-2018 , quando Angola presidia ao Órgão de Política, Defesa e Segurança da SADC e era o membro responsável na SAPMIL – Missão de Prevenção da SADC para o Reino do Lesoto (SADC News, 2018). A crise político-militar no Lesoto ocorreu em setembro de 2017, por quando do atentado que vitimou o general Khoantle Motsomots, comandante-chefe das Forças Armadas deste país (*Lesotho Defence Force – LDF*) (Almeida, 2018b).



Figura 7 – Logotipo da *US Africom*



Figura 8 – Exercícios Obangame Express; zona de impacto e participantes (Fonte: US Africom e adaptado pelo autor)

Economicamente, Angola passa por um período de grande estagnação e de falta de divisas que se refletem, de forma muito negativa, na vida social dos angolanos e, concomitantemente, impede que o País tenha maior cooperação com os seus vizinhos.

Por essa razão, abordarei com maior impacto, as capacidades de Angola como potência regional, mas na área das diplomacia e segurança africana.

Sabendo-se que se as duas Guerras Congolesas, ou, mais concretamente, as sucessivas crises nos Grandes Lagos, tiveram como principal vontade uma resolução conducente à Paz na região, que se pensava ser definitiva, a realidade mostrou-nos que ao longo dos últimos anos, e em particular na RDC e no Chade manteve-se uma constante instabilidade, mais militar que política, onde Angola tem procurado tentar levar às mesas de negociações as partes em litígio.

É que, apesar de os conflitos estarem em áreas geográficas distantes, estão na mesma área político-geográfica – a região dos Grandes Lagos – tornando esta área global em ternos de volubilidade política, onde as partes políticas principais em conflito são a RDC e o Ruanda, por um lado, Ruanda e Uganda, por outro, e, também, a crise interna no Chade.

E a capacidade potencial de Angola na tentativa de resolução destes eternizantes conflitos ficou patente em dois momentos cruciais: após a sucessão de Joseph Kabila Kabange (filho) e o Acordo de Luanda.

A sucessão de Kabila Kabange foi, como se sabe, atribulada e sucedida de vários adiamentos nas eleições presidenciais (e legislativas).

Kabila Kabange não desejava permitir que os atos eleitorais acontecessem, pelo que só a intervenção da comunidade religiosa, em particular da Igreja Católica, e da

comunidade internacional, nomeadamente da União Africana, com Angola como elemento principal, permitiu que as eleições ocorressem. Das eleições presidenciais, ainda que a sua realização tenha sido controversa quanto à transparência e escrutínio, saiu vencedor, oficialmente e como se sabe, Félix Tshisekedi (DW, 2019).

A primeira visita oficial que Tshisekedi fez foi a Luanda onde, supostamente, estaria menos de 24 horas, viajando, depois, segundo previsto, para Kigali, Ruanda, para se encontrar com o ainda presidente em exercício da União Africana, Paul Kagame (na 32ª cimeira ordinária da UA, em fevereiro de 2019, foi substituído em fevereiro de 2019, pelo presidente egípcio Abdel-Fatah al-Sisi). Só que a permanência em Luanda foi quase de 48 horas, onde a paz na RDC e na região foi vetor de conversas sucessivas, além, naturalmente, de conversas sobre as relações bilaterais entre os dois países. Este prolongamento das conversas entre os Presidentes João Lourenço e Tshisekedi não foram bem acolhidas por Kagame, levando Tshisekedi a anular a visita a Kigali.

Como se sabe as relações “entre os dois K” africanos, Kinshasa (RDC) e Kigali (Ruanda) nunca ficaram muito cordiais depois da 2ª Guerra Congoleza. A RDC sempre denunciou o Ruanda como mentora – ou apoiante – das crises milicianas anti-Kabila que permanecem nas províncias congolezas, do Nordeste: de Ituri (fronteira com o Uganda) e Kivu (Norte e Sul, junto das fronteiras do Ruanda e Burundi); do Leste (Maniema); e do Sul (Kasai, junto da fronteira Norte de Angola), através de apoios diretos e indiretos aos milicianos insurgentes que proliferam na área e, por causa dos quais, as províncias angolanas da Lunda e de Malanje tiveram de receber inúmeros refugiados congolezes democratas. Mas também, não esquecer que Uganda e Ruanda mantinham uma latente crise político-diplomática.

Esta situação levou Angola, através de proposta do Presidente João Lourenço, juntar, em Luanda, os dois principais líderes litigantes: Tshisekedi e Kagame, bem como o do Uganda, Yoweri Museveni, tendo conseguido que os três assinassem, em 21 de agosto de 2019, um acordo, o *Memorando de Entendimento de Luanda*, que visa colocar fim às mútuas acusações que existem entre os RDC e Ruanda e Ruanda e Uganda.

Este *Memorando* além das assinaturas dos líderes congolês democrata, ruandês e ugandês e do patrocinador, João Lourenço, testemunhadas com a presença e assinatura de Denis Sassou-Nguesso (da República do Congo) (Vatican News, 2019) foi, talvez, o primeiro grande passo para a pacificação da Região dos Grandes Lagos.

Infelizmente, atos recentes da FDLR (Frente Democrática de Libertação do Ruanda), habitualmente estacionada na RDC, vieram colocar em causa este *Memorando*. Alegados milicianos da FDLR, da etnia hútu, terão atacado na fronteira RDC-Ruanda e

assassinado, em território ruandês, várias dezenas de pessoas, podendo ser visto como a primeira dinamitagem do Acordo (*Novo Jornal*, 2019).

Por certo que a diplomacia indireta de João Lourenço já estará em terreno par tentar anular os efeitos nefastos desta eventual acção da FDLR. A Paz está primeiro e a estabilidade dos Grandes Lagos não pode ser colocada em causa.

Para instabilidade, já basta a que ocorre no Golfo da Guiné, em particular, com a pirataria marítima, que coloca em causa a navegabilidade de um dos principais eixos marítimos do Atlântico Sul, e as tentativas de secessão da área anglófona dos Camarões, este um Estado-membro da CEEAC.

Esta matéria, de *per se*, seria suficiente par um novo ensaio. Caso desejem podem ler um trabalho que apresentei, em junho de 2018, na Universidade da Beira Interior, «Crise e Conflitos em África – Séculos XX e XXI» onde destaco estas crises. Estão disponíveis na minha página do portal da *Academia.edu*.

Considerações finais

O contributo para a resolução, em alguns casos (Lesotho), e persistente tentativa de resolução, em outros (região dos Grandes Lagos e RDC), coloca Angola como o principal parceiro diplomático e, por extensão, a principal referência político-diplomática na região centro-africana.

Angola é tida, em termos e segurança africana, quer no seio da CPLP (Exercício Felino), quer com a *US Africom*, principalmente no caso desta última, como um dos principais *African partner's nation* tanto a nível político com militar, como referia, por exemplo a então embaixadora norte-americana em Angola, Helena La Lime, em março de 2017 e fevereiro de 2018, ao referir a vontade de Angola “*no esforço de assegurar na região do Golfo da Guiné [em conjunto com os EUA] no combate à pirataria, pesca e à imigração ilegal e para manter a segurança na região*”, bem como nos Grandes Lagos, devido em grande parte à influência “*pro-ativa do presidente José Eduardo dos Santos*”, na tentativa de resolução dos conflitos nesta região urundi (Almeida, 2017) – o antigo Reino de Urundi englobava as atuais Repúblicas do Burundi e do Ruanda – afirmação reiterada, em agosto de 2019, pelo Secretário-adjunto norte-americano para as relações com África, Matthew Harrington, ao considerar que os “*Estados Unidos veem Angola como detentora de grande potencial para parceria económica duradoura com os EUA e como uma fonte de estabilidade na região africana e felicitando Angola pelo papel desempenhado em vários assuntos africanos, como o acordo de paz entre Uganda e*

Ruanda, a realização de eleições na República Democrática do Congo, bem como pela missão de estabilização no Lesoto” (Agência Lusa, 2019b).

Resumindo, Angola apresenta-se, nesta altura das relações africanas, como o parceiro principal para a estabilidade do centro-globalismo africano. Ou seja, pode afirmar-se, claramente, que Angola é a potência regional da África Central. Uma potência regional emergente nos caminhos do centro-globalismo africano.

Bibliografia

ALMEIDA, Eugénio Costa (2011) *Angola: Potência Regional em Emergência*, Lisboa: Edições Colibri.

ALMEIDA, Eugénio Costa (2016) O Papel da União Africana na Segurança em África: do Mar Mediterrâneo ao Cabo, *Proelium* X (10), Lisboa: Academia Militar, 129 – 140.

ALMEIDA, Eugénio Costa (2017) O comando U.S. AFRICOM no apoio à Arquitectura de Paz e Segurança em África e as relações multi- e bilaterais com as APN: o caso de Angola, *Mulemba, Revista Angolana de Ciências Sociais*, Vol. VII nº 13, Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto, Luanda, (aprovada para publicação “em sessão do Conselho que teve lugar no dia 16 de maio de 2017”; no prelo?).

ALMEIDA; Eugénio Costa (2018a) Crise e Conflitos em África – Séculos XX e XXI; aula-aberta de Seminário de Investigação, e 2.a parte, Ciclo de Aulas-Abertas em Relações Internacionais 08/06/2018, Mestrado em Relações Internacionais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade da Beira Interior.

ALMEIDA; Eugénio Costa (2018b) Angola na defesa e segurança continental, *Changing World*.

ALMEIDA; Eugénio Costa (2019a) O Golfo da Guiné, os exercícios Obangame 2019 e nós vamos estar lá; será?, *Novo Jornal* 576, 35, de 15/03/2019.

ALMEIDA; Eugénio Costa (2019b) Bangame Express (OE2019), *Vanguarda* 111, 42, de 22/03/2019.

BERNARDINO, Luís M. B. (2019) *As Forças Armadas Angolanas: Contributos para a Edificação do Estado*, Lisboa: Mercado das Letras.

BERNARDINO, Luís M. B. (2013) *A posição de Angola na Arquitectura de Paz e Segurança Africana: Análise da função estratégica das Forças Armadas Angolanas*, Coimbra: Edições Almedina.

ESCORREGA, Luís Falcão (2010) Arquitectura de Paz e Segurança Africa 2010, *Boletim do Instituto de Estudos Superiores Militares*.

VALENZOLA, Renato Henrique (2013) [O Conflito na República Democrática do Congo e a ausência do Estado na regulação das relações sociais](#), *Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP/Marília* 12, 11/2013, 59-86.

Sites institucionais

[República Democrática do Congo e a 1ª Guerra do Congo.](#)

[República Democrática do Congo e a 2ª Guerra do Congo.](#)

[US-Africom.](#)

[US-Africom About Obangame Express.](#)

Despachos noticiosos

[African Standby Force logistics base in Cameroon opens](#), CEBRAFRICA, Centro Brasileiro de Estudos Africanos, 08/01/2018.

Agência Lusa (2019a) [Seis dos 10 países com crises mais negligenciadas são africanos](#), *Notícias ao Minuto*, 05/06/2019.

Agência Lusa (2019b) [EUA veem Angola com potencial para uma longa parceria económica](#), *Diário de Notícias*, 20/08/2019.

[Angola. Assinado em Luanda Memorando de Entendimento entre Uganda e Ruanda](#), *Vatican News/Rádio Vaticano*, 22/08/2019.

[Crise no Lesotho: Angola confirma apoio à estabilização do Reino do Lesotho](#), ANGOP, Agência Angola Press, 21/09/2018.

[Crise no Lesotho: Angolanos deixam Lesotho em novembro](#), *Jornal de Angola*, 17/10/2019.

[Crise no Lesotho: Instabilidade na África austral discutida por chefes de Estado em Luanda](#), *Diário de Notícias/LUSA*, 22/04/2018.

[RDC/Grandes Lagos: Guerrilheiros da FDLR matam 14 pessoas no Ruanda e "ferem" acordo histórico assinado em Luanda](#), *Novo Jornal*, 07/10/2019.

[República Democrática do Congo e as eleições de 2018](#). Observadores avaliam eleições na RDC, *DW-Deutsche Welle*, 03/01/2019.

Southern African Development Community SAPMIL CLOSES DOWN IN MASERU, *SADC News*, 21/11/2018.

Afilições institucionais

1. Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, Portugal.
2. Investigador Integrado do Centro Estudos Internacionais do ISCTE-IUL (CEI-IUL);
3. Investigador associado do CINAMIL (I&D da Academia Militar de Lisboa).
4. Doutorado em Ciências Sociais, especialidade de Relações Internacionais, (ISCSP-UTL).

eugenio.luis.almeida@iscte-iul.pt

elcalmeida@gmail.com